APRESENTAÇÃO

Partindo do princípio de que a construção do conhecimento está diretamente vinculada a um cuidado especial com a educação, a Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ), imbuída de seu papel e responsabilidade, vem, desde sua criação, se aprimorando para alcançar maior efetividade no desempenho de suas funções.

A título de exemplo, todo o ensino oferecido pela ECG/TCE-RJ é conectado com a realidade dos alunos; não se incentiva a memorização, mas a aplicação de conhecimentos construídos e assimilados à solução de casos concretos; as atividades são planejadas em decorrência de necessidades demandadas pelos diversos órgãos do TCE-RJ e pelos jurisdicionados; interatividade e parcerias são caminhos naturais utilizados para troca de experiências e crescimento profissional.

Cabe acentuar que a maneira como o trabalho é desenvolvido em sala de aula é determinante para a formação de competências cognitivas, o que pode ser percebido com o zelo da ECG/TCE-RJ com o processo seletivo e constante acompanhamento de seu corpo docente, para o qual são disponibilizados recursos tecnológicos, acurados sobretudo a partir dos últimos dois anos, em consequência dos expressivos investimentos feitos por conta da ampliação do ensino online.

A Escola adota como diretriz uma postura dialógica com os órgãos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, do qual recebe integral apoio para suas iniciativas; com instituições parceiras, que permitem disseminar e apreender novas possibilidades e metodologias; com os jurisdicionados, com quem contribui, a fim de procederem à prestação de suas contas, em conformidade com a legislação vigente; e com a sociedade, que tanto espera do comprometimento dos órgãos de controle para a adequada execução dos gastos públicos.

No âmbito do TCE-RJ, o engajamento da ECG/TCE-RJ é constante. A reestruturação da Secretaria-Geral de Controle Externo criou a necessidade de propiciar aos servidores da SGE atividades, com vistas à atualização das metodologias de controle externo. O apoio pedagógico da ECG/TCE-RJ também se faz presente em cursos e seminários como o de Auditoria de Obras Públicas, com o objetivo de promover a compreensão das etapas e atividades de Auditoria de Obras Públicas, a partir das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP); o seminário Controle Externo de Infraestrutura, proposto pela Subsecretaria de Controle de Infraestrutura e Desestatização; o seminário de Controle Externo da Política de Segurança Pública, por sugestão da Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Segurança Pública e Cidadania, entre outros; e diversos cursos, entre os quais, bastante concorridos pela oportunidade do tema, acerca de diversos aspectos da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Cumpre assinalar, ainda, a sintonia do TCE-RJ, por intermédio da ECG/TCE-RJ, com o Instituto Rui Barbosa (IRB), sempre incentivando, orientando e prestigiando as iniciativas, assim como criando pontes entre os Tribunais de Contas e outras instituições de controle. Atualmente, a ECG/TCE-RJ integra o Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional, responsável pela coordenação da Rede de Escolas de Contas – REDUCONTAS, em que exerce o cargo de Assistente Técnico, e o Comitê Técnico de Gestão da Informação dos Tribunais de Contas do Brasil, em que exerce o cargo de Titular do Comitê do Tesauro de Contas (Bibliocontas). O Presidente do TCE-RJ, Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, preside o Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas do IRB, que tem como principal atribuição buscar o aprimoramento das atividades de controle nessa área.

Com o retorno das atividades presenciais, pôde ser reestabelecido o contato mais próximo com os jurisdicionados; a procura pelos cursos



KAREN ESTEFAN DUTRA
Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão - ECG/TCE-RJ

se intensificou, com as salas de aula voltando a ter frequência expressiva; o programa ECG Presente fez-se novamente presente nos polos do estado do Rio de Janeiro; alinhados com novos eventos integrados, a exemplo do X Fórum Bibliocontas, que o TCE-RJ irá sediar e participar da organização, marcado para agosto no Rio de Janeiro. Em síntese, é marcante o dinamismo do TCE-RJ, evidenciado pela movimentação de seus órgãos em busca do aperfeiçoamento de suas ações e pelo interesse dos servidores em participar do processo evolutivo do Tribunal, com foco na prestação de bons serviços à sociedade.

Por via de consequência dessa atmosfera de vitalidade forjada na instituição, a Revista do Tribunal de Contas abre espaço para a publicação de estudos, pesquisas e ações que precisam ser disseminadas. Os servidores do TCE-RJ, assim como representantes de outros órgãos de controle e de universidades, nos honram com a escolha da Revista para o compartilhamento de seus trabalhos. A consolidação dessas parcerias engrandece e impulsiona o comprometimento em contribuir para a proeminência da gestão pública.

A presente edição da Revista do TCE-RJ, referente ao primeiro semestre de 2022, traz novidades, divididas em três seções. Inicialmente, uma Entrevista com o Presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro do TCE-CE Edilberto Carlos Pontes Lima, em que ressalta suas prioridades para o exercício da gestão no biênio 2022-2023, com vistas à consolidação do IRB como o "braço acadêmico" do Sistema Controle Externo. Ao discorrer sobre seus projetos, alguns já em andamento, enfatiza a promoção de cursos e seminários, a realização do Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas e o empenho para integração e parcerias entre as Escolas de Contas, a academia e a sociedade civil, com ampliação de estímulos ao controle social.

Também mereceu destaque nesta edição da Revista do TCE-RJ, na seção Informativo, a realização, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Auditoria Interna, do II Encontro Nacional das Auditorias Internas dos Tribunais de Contas do Brasil, entre os dias 11 e 13 de maio, na sede do TCE-RJ. Na ocasião, foi lançado o "Documento de Padronização das Técnicas e dos Conceitos Inerentes à Auditoria Interna", desenvolvido por representantes de dezenove Cortes de Contas.

Na seção Roda de Conversa, o Secretário-Geral de Administração, Marcelo Ceranto, e Subsecretários respondem a perguntas em que explicam a reestruturação da Secretaria, com o propósito de viabilizar a adoção de medidas de valorização do servidor do TCE-RJ, com desdobramentos para a melhoria da atividade finalística do Tribunal.

A seguir, têm início os artigos, em um total de seis. O primeiro deles, intitulado "Os procedimentos de manifestação de interesse no Brasil: Problemas e Propostas de Solução", de Guilherme Abreu Lima e Pereira, Mestre em Ciências Econômicas e em Gestão pela Ufes, Auditor de Controle Externo e Coordenador do Núcleo de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas do Espírito Santo – NDR/TCEES, analisa os procedimentos de manifestação de interesse – PMIs, sua importância para a estruturação de concessões públicas no Brasil, a necessidade da criação de incentivos à participação de interessados nos PMIs, as sugestões doutrinárias para a implementação desses incentivos e verifica a adoção desses incentivos em decretos da União e de alguns estados. Empregando o método hipotético-dedutivo, o autor conclui que o PMI é um importante instrumento de apoio aos entes públicos na estruturação de projetos de concessão, carecendo, no entanto, de aprimoramentos.

O segundo artigo, sob o título "Tecnologia, governo digital e a nova lei de licitações", de Cristiane Rodrigues Iwakura, Procuradora Federal, Professora e Pesquisadora na área de Processo e Tecnologia, Regulação, Inovação e Gestão no Setor Público, Doutora em Direito Processual pela UERJ; Flávio Garcia Cabral, Procurador da Fazenda Nacional, Coordenador da Pós-Graduação em Direito Público pela EDAMP, Professor do INSTED e Unigran-Capital, Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP com Pós-Doutorado pela PUC-PR; e Leandro Sarai, Procurador do Banco Central, Membro da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da AGU, Professor credenciado pela Escola da AGU, Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, tem como objetivo analisar o impacto das novas tecnologias na Administração Pública para a realização dos serviços públicos, especialmente as repercussões na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/202. Os autores utilizam uma metodologia descritiva de caráter exploratório, com base em pesquisa bibliográfica, tendo como principal fonte de pesquisa o texto legal. Concluem que, especificamente em relação às contratações públicas, a tecnologia se delineia sob quatro diferentes aspectos na nova Lei: como instrumento processual, ferramenta de gestão, objeto de contratação e meio de fiscalização e controle.

No terceiro artigo, "Visão baseada em recursos e capacidades dinâmicas – uma análise de pontos e contrapontos no setor público", as autoras Patrícia Fernandes Marques, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Auditora-Chefe da Auditoria Interna do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Contadora, Bacharel em Direito, Especialista em Contabilidade Governamental e em Direito Público, Mestranda em Justiça Administrativa na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense; e Sabrina Reinbold Rezende, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Assessora da Auditoria Interna, Contadora, Especialista em Compliance e Riscos, Mestranda em Administração e Ciências Contábeis na FUCAPE Business School, analisam as divergências e as convergências das teorias relacionadas com a Visão Baseada em Recursos (VBR) e as Capacidades Dinâmicas (CD), buscando explicar aspectos fundamentais das fontes de vantagem competitiva das organizações do setor público e sua sustentabilidade, a partir dos conceitos aplicáveis ao setor privado. Ao proceder à revisão da literatura para delinear a evolução da teorização dos conceitos e visões sobre essas duas abordagens, concluem que a vantagem competitiva nas organizações públicas conduz a uma lógica de priorização dos resultados das políticas públicas, por meio das dimensões de desempenho.

Na sequência, o quarto artigo, "A 'burocracia digital' dos Tribunais de Contas e a pandemia: uma análise de contextos na busca de melhores resultados", de Fábio Lins de Lessa Carvalho, Doutor em Direito Administrativo pela Universidad de Salamanca, Procurador do Estado de Alagoas, Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas – IDAA ; e Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros, Mestranda em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, propõe uma abordagem tecnológica na Administração Pública, tendo em vista que ela já foi atingida, de forma significativa, pela revolução tecnológica, especialmente em face dos desdobramentos da pandemia. Nesse sentido, os Tribunais de Contas precisaram adotar medidas inovadoras de efetividade de sua atividade-fim, sem perder de vista padrões normativos e de rotinas, em consonância com preceitos constitucionais, levando as Cortes de Contas a um processo evolutivo, com ênfase nas circunstâncias realísticas.

No artigo seguinte, "Cultura de Ouvidoria e as Práticas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro: Uma Abordagem acerca da Administração de Conflitos", a autora, Maristela de Medeiros Tavares, Mestre em Sociologia pela UFF e Coordenadora da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, levando em conta, no campo da Sociologia do Direito, a incipiência do papel das Ouvidorias na administração de conflitos, analisa como a Ouvidoria do TCE-RJ atua como mediadora e administradora de conflitos entre o poder público e a população. Com foco na eficiência e nos resultados desse diálogo, conclui que diferentes práticas podem induzir a distintas maneiras de dar voz ao cidadão. A autora acentua, ainda, que a Ouvidoria do TCE-RJ faz um esforço diuturno para zelar pelos direitos e garantias constitucionais, dispensando tratamento igualitário aos cidadãos, com emprego de linguagem clara e pedagógica.

Encerrando esta edição da Revista do TCE-RJ, o artigo "Tendências e desafios nos acordos em arbitragens com o poder público", de Bruno Fernandes Dias, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Doutor em Direito pela UERJ, estuda a realização de acordos em arbitragens envolvendo a Administração Pública. De forma muito didática, o autor divide o trabalho em seções, nas quais trata de algumas tendências internacionais, relacionando-as a uma visão teórica da matéria, discute tendências brasileiras no segmento de arbitragens, analisa desafios para convencimento das partes e, finalmente, expõe suas conclusões.

Oferecer aos leitores, que acompanham desde sempre, mais uma edição da Revista do TCE-RJ, permite a possibilidade de construir, organizar e difundir conhecimentos na área da Administração Pública. A publicação é resultado de um trabalho coletivo levado a termo por profissionais de elevado nível que contribuem de forma a compartilhar conhecimentos e experiências acumulados. As instituições se desenvolvem pela inquietude dos autores que, com determinação e altruísmo, disponibilizam sua competência e parte de seu tempo para incentivar, sobretudo pelo exemplo, outros profissionais a refletirem sobre a responsabilidade de contribuir para a formação da sociedade.

Fica aqui o agradecimento a todos que participam do exitoso projeto de desenvolver e disseminar conhecimentos.